



NAS NOSSAS PALAVRAS:

Vozes das mulheres afrodescendentes em prol da justiça reprodutiva e climática



Dezembro de 2022



Queen Mary
University of London



NAS NOSSAS PALAVRAS:

*Vozes das mulheres afrodescendentes em
prol da justiça reprodutiva e climática*

A justiça climática, racial e de gênero estão interligadas e são interdependentes. As mudanças climáticas constituem uma crise que compromete o progresso em quase todas as áreas do desenvolvimento humano.

A crise climática representa riscos substanciais para a saúde, a produção de alimentos, o abastecimento de água, os ecossistemas, a segurança energética e as infraestruturas.¹ Embora afete o planeta como um todo, o clima tem um impacto desproporcional nas populações social, econômica e politicamente mais deixadas para trás.² Isto agrava as desigualdades e exclusões existentes decorrentes de histórias de racismo, opressão e discriminação que se interconectam.³ O resultado é uma capacidade reduzida para garantir saúde, bem-estar e direitos e responder aos choques e impactos da crise climática.

Em virtude do legado da escravidão, do colonialismo e da discriminação racial, as Pessoas Afrodescendentes (PAD) continuam a ser marginalizadas e esquecidas. Utilizando uma abordagem baseada nos direitos humanos, o Fundo

das Nações Unidas para a População (UNFPA) desenvolveu uma iniciativa dirigida às pessoas afrodescendentes que procura promover os direitos, a justiça e o desenvolvimento dos afrodescendentes por meio de quatro pilares principais: (1) programas, (2) ações de defesa e comunicação, (3) geração de dados e evidências e (4) parcerias. Esta iniciativa está alinhada aos objetivos do programa de atividades da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, à Declaração e Programa de Ação de Durban, ao Consenso de Montevidéu, ao princípio da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás e à Década Internacional dos Afrodescendentes.

O UNFPA assumiu o compromisso de alcançar três resultados transformadores até 2030:

até 2030



Acabar com a mortalidade materna evitável



Acabar com a necessidade não satisfeita de planejamento familiar



Acabar com a violência baseada em gênero e práticas nocivas

O UNFPA desenvolveu um programa de ação multifacetado para criar resiliência climática e cumprir a promessa da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, com destaque para o desenvolvimento de populações saudáveis e capacitadas, incluindo mulheres, meninas e jovens. O Acordo de Paris descreve como as partes "devem, ao tomar medidas para fazer frente às mudanças climáticas, respeitar, promover e levar em conta as respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos dos povos indígenas, das comunidades locais, dos migrantes, das crianças, das pessoas com deficiência e das pessoas em situação de vulnerabilidade e o direito ao desenvolvimento, bem como a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e a equidade entre gerações".⁴

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável centra-se nas mudanças climáticas (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável [ODS] 13) e na igualdade de gênero (ODS 5) e inclui metas em matéria de saúde sexual e reprodutiva e direitos conexos (SSRD) (ODS 3), apelando a um reforço das medidas de adaptação e criação de resiliência face à crise climática. O UNFPA trabalha para desenvolver sistemas de saúde, proteção e educação resilientes ao clima, reduzir os riscos e reforçar a preparação para situações de emergência. A coleta de melhores dados e evidências sobre população, saúde e gênero é também um objetivo importante para compreender, orientar e avaliar o progresso.

As *Orientações operacionais sobre a inclusão das pessoas de origem africana na Agenda 2030* descrevem a importância de ampliar a visibilidade das PAD por meio de dados, sendo uma das barreiras a falta de informações quantitativas sobre as experiências destas comunidades. Na ausência desses

dados, as orientações incentivam a utilização de "abordagens inovadoras de coleta e análise de dados", incluindo a promoção de dados qualitativos, "bem como o registro de experiências vividas pelas comunidades através da narração de histórias e outros meios", realçando o modo como as PAD "devem impulsionar os processos de dados enquanto sujeitos e não como meros objetos de estudo".⁵



Em todo o mundo, as mulheres de 25 a 34 anos têm uma chance **25%** maior de viver em situação de extrema pobreza do que os homens.⁶

O presente documento de incidência amplifica as vozes das ativistas, profissionais e defensores afrodescendentes que realizam ações em prol do clima e da saúde reprodutiva, dos direitos e da justiça e apresenta conceitos e percepções fundamentais extraídos de literatura relevante. Ele destaca as competências dos líderes que estão na linha de frente, demonstrando como mulheres afrodescendentes vêm liderando e inspirando ações em suas comunidades. O documento destaca ainda a persistência da discriminação e como ela se manifesta de formas complexas e interligadas, com impacto nos ambientes físicos, na participação política, na saúde e no acesso aos serviços para mulheres e meninas afrodescendentes. Ele confere visibilidade às formas

como as mudanças climáticas, as injustiças ambientais, a desigualdade racial e a SSRD se interseccionam e afetam as comunidades de afrodescendentes. Ao salientar a forma como estes fatores interagem e exacerbam a vulnerabilidade e a marginalização, o documento propõe ações concretas para responder à complexidade dos desafios enfrentados.

Um melhor reconhecimento de como as mudanças climáticas influenciam as realidades vividas das comunidades racializadas contribui no sentido de permitir uma maior justiça e igualdade na resposta à crise climática e garantir a SSRD para todos.



Conceito fundamental

- **Não deixar ninguém para trás** é o principal acelerador de transformação da
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos respetivos ODS. Não deixar
- ninguém para trás representa o compromisso de acabar com todas as formas de
- pobreza, colocando em primeiro lugar os mais desfavorecidos e garantindo os
- direitos humanos, o bem-estar e a dignidade para todos. As barreiras ao acesso
- a serviços e recursos dignos e culturalmente adequados, bem como à igualdade
- de oportunidades, constituem uma das principais razões pelas quais as pessoas
- são deixadas para trás. Estas barreiras não são simplesmente acidentes do acaso
- ou fruto de uma carência de recursos, mas sim o resultado de leis, políticas e
- práticas sociais discriminatórias que marginalizam e excluem pessoas, famílias e
- comunidades inteiras.⁷





Uma crise interseccional

“É essencial adotar uma perspectiva interseccional ao abordar as mudanças climáticas porque estas não nos afetam em uma bolha, mas corroem todas as nossas identidades interseccionadas. É imprescindível realizar uma análise do poder e do privilégio. As nossas experiências raciais, econômicas e de gênero também afetam a nossa capacidade de combater as mudanças climáticas.” (Dra. Joia Crear-Perry)

A crise climática é uma crise injusta e interseccional para os afrodescendentes. O reconhecimento dos impactos desproporcionais das mudanças climáticas na saúde, nos direitos e no bem-estar dos grupos racial, étnica e nacionalmente marginalizados tem aumentado.⁸ Ao mesmo tempo, cada vez mais se reconhece e compreende o impacto das mudanças climáticas na SSRD e na justiça. As comunidades de afrodescendentes encontram-se entre as menos responsáveis pelas mudanças climáticas, embora enfrentem alguns dos impactos mais graves e sejam muitas vezes as pessoas mais afetadas que vivem nas áreas mais afetadas (PAMA).⁹

O percentual de afrodescendentes com necessidades básicas não satisfeitas pode ser **três vezes superior** ao de não afrodescendentes em cinco países da América Latina com dados disponíveis desagregados por etnia.¹⁰



A discriminação está na base dos efeitos desproporcionais das mudanças climáticas nas PAD. Segundo os autores do relatório Capstone do ACDH sobre os impactos das mudanças climáticas nos afrodescendentes, estas formas de discriminação são cumulativas e “têm profundas raízes históricas e estão enraizadas nas estruturas e instituições das sociedades que examinamos”.¹¹ Do mesmo modo, o relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância associada observou que “não pode haver qualquer atenuação significativa ou resolução da crise ecológica global sem uma ação específica de combate ao racismo sistêmico, em particular aos legados raciais históricos e contemporâneos do colonialismo e da escravidão”.¹²

“As catástrofes tornam as pessoas mais vulneráveis.”
Jacqueline Patterson – fundadora e diretora executiva do Chisholm Legacy Project, uma plataforma de recursos para a liderança de primeira linha da justiça climática pelas comunidades negras

Muitas comunidades de afrodescendentes vivem em regiões afetadas pelo aumento da frequência de fenômenos meteorológicos extremos, colocando muitas PAD em maior risco de impactos adversos de catástrofes com a intensificação das mudanças climáticas.¹³ Fatores relacionados à marginalização (como a precariedade da habitação, a falta de mobilidade e níveis mais baixos de preparação) e outros problemas persistentes (como a falta de assistência no longo prazo ou de investimento continuado na comunidade) podem tornar determinadas comunidades mais vulneráveis.¹⁴ Nestes cenários, o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) pode ser extremamente complicado e a contracepção, a testagem de infecções sexualmente transmissíveis, a assistência ao aborto seguro, a medicação contra o HIV e outros serviços essenciais podem tornar-se inatingíveis.

“
As mudanças climáticas não nos afetam em uma bolha.
”

Dra. Joia
Crear-Perry

Jacqueline Patterson

Justiça climática seria ter uma economia e uma sociedade em que os cuidados se centram naquilo que é sagrado, ou seja, nas pessoas e no planeta.

Jeffthanie Mathurin, parteira, Haiti

Sou parteira desde 2018. As mudanças climáticas têm um impacto direto sobre a população e a comunidade que sirvo. No ano passado, o terremoto, seguido de perto por um furacão no sul (Haiti), afetou muitas mulheres e meninas. Na associação de parteiras, observamos que esta catástrofe aumentou o risco de mais mulheres engravidarem involuntariamente porque as reservas de contraceptivos ficaram retidas nas estradas. As pessoas mais pobres do país, como as mulheres que vivem em áreas rurais, enfrentam as piores consequências das mudanças climáticas. Não tem sido possível às mulheres haitianas alcançar a autonomia corporal.

Um problema com que o Haiti se depara desde a minha infância é o desmatamento. Ainda hoje as pessoas cortam árvores para utilizar como carvão vegetal como meio de sobreviver. Não existe um programa nacional para reflorestamento no país. Ao mais leve chuvisco o país é inundado. Depois destas cheias ou deslizamentos de terras, as comunidades são deixadas por sua própria conta. Vivemos num país que não aguenta um ou dois dias de chuva sem que isso represente uma catástrofe. Eu quero viver em uma sociedade que respeite a vida de todos. Uma sociedade que respeite a vida das mulheres, a minha vida e o meu corpo.

“(Depois do furacão) as meninas adolescentes ficaram altamente expostas ao risco de abuso sexual e violência baseada em gênero.” – Jeffthanie Mathurin

As situações de emergência, as catástrofes naturais e a escassez de recursos agravam as desigualdades existentes relacionadas com o gênero e a sexualidade, resultando em maiores riscos de violência sexual e baseada em gênero, incluindo violação, violência doméstica e sexual, mutilação genital feminina e tráfico.¹⁵ Alguns pesquisadores observaram também que são necessários mais dados sobre a violência baseada em gênero (VBG) enfrentada por pessoas com diversas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, a fim de determinar o impacto das ameaças e riscos específicos com que as PAD de toda identidades de gêneros e sexualidades se deparam e de contribuir para uma análise interseccional da injustiça ambiental e reprodutiva.¹⁶

O impacto agravado das formas de discriminação existentes, incluindo o racismo institucional, dificulta a capacidade das pessoas de procurarem e obterem justiça, incluindo no contexto da violência sexual e baseada em gênero e da criminalidade ambiental. O abuso e o assassinato de ativistas ambientais podem ser outro exemplo das dimensões da violência relacionada ao meio ambiente influenciadas pelo gênero e pela raça. As pesquisas sobre a violência contra ativistas ambientais mencionam frequentemente o efeito da violência contra as mulheres indígenas.¹⁷ O mais recente Grupo de Especialistas da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Afrodescendentes descreve como os afrodescendentes têm enfrentado ameaças, violência e

intimidação durante ações de defesa do meio ambiente e campanhas pelos seus direitos.¹⁸

Uma abordagem interseccional considera ainda como as pessoas com deficiência, que constituem aproximadamente 15% da população mundial, também são afetadas pelos impactos climáticos de forma diferente e agravada.¹⁹ Durante eventos climáticos extremos, as pessoas com deficiência podem perder o acesso a serviços vitais e a cuidados de saúde e necessitar de apoio para chegar a locais seguros. Na América Latina e no Caribe, onde existem dados disponíveis, há provas de que as mulheres afrodescendentes têm uma maior prevalência de deficiências do que os homens afrodescendentes e as mulheres não afrodescendentes.²⁰ Os dados também indicam que em muitos lugares as mulheres e meninas com deficiência são mais suscetíveis de sofrer violência sexual, incluindo durante catástrofes climáticas.²¹ As pessoas afrodescendentes que vivem com deficiências são ainda mais desfavorecidas, tornando especialmente crucial para os afrodescendentes com deficiências a importância de um planejamento inclusivo que leve em conta formas de discriminação interligadas, bem como melhores proteções sociais e o reforço das medidas de resiliência, incluindo o acesso à SSRD.



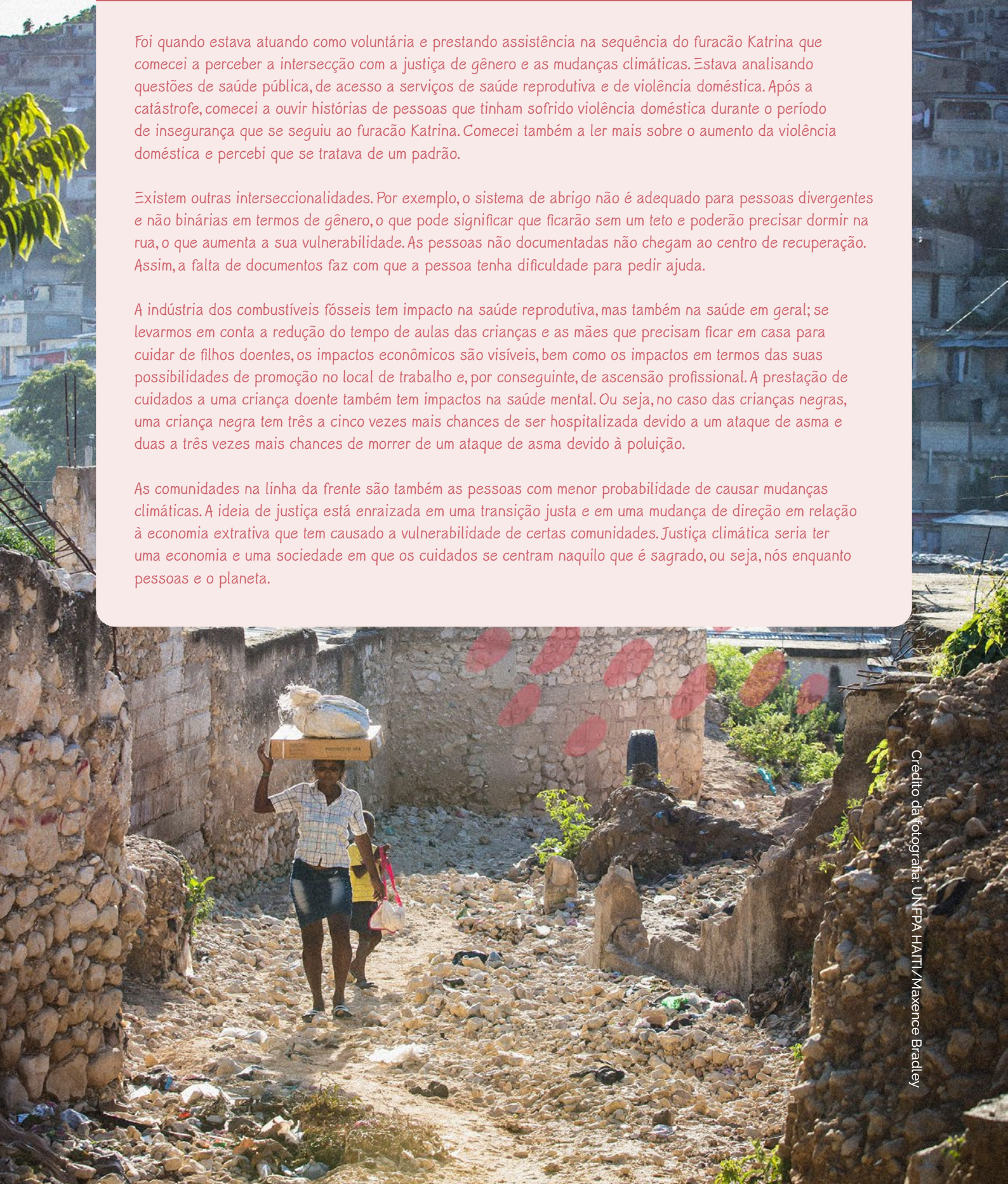
Jacqueline Patterson, fundadora e diretora executiva do Chisholm Legacy Project: uma plataforma de recursos para a liderança de primeira linha da justiça climática pelas comunidades negras

Foi quando estava atuando como voluntária e prestando assistência na sequência do furacão Katrina que comecei a perceber a intersecção com a justiça de gênero e as mudanças climáticas. Estava analisando questões de saúde pública, de acesso a serviços de saúde reprodutiva e de violência doméstica. Após a catástrofe, comecei a ouvir histórias de pessoas que tinham sofrido violência doméstica durante o período de insegurança que se seguiu ao furacão Katrina. Comecei também a ler mais sobre o aumento da violência doméstica e percebi que se tratava de um padrão.

Existem outras interseccionalidades. Por exemplo, o sistema de abrigo não é adequado para pessoas divergentes e não binárias em termos de gênero, o que pode significar que ficarão sem um teto e poderão precisar dormir na rua, o que aumenta a sua vulnerabilidade. As pessoas não documentadas não chegam ao centro de recuperação. Assim, a falta de documentos faz com que a pessoa tenha dificuldade para pedir ajuda.

A indústria dos combustíveis fósseis tem impacto na saúde reprodutiva, mas também na saúde em geral; se levarmos em conta a redução do tempo de aulas das crianças e as mães que precisam ficar em casa para cuidar de filhos doentes, os impactos econômicos são visíveis, bem como os impactos em termos das suas possibilidades de promoção no local de trabalho e, por conseguinte, de ascensão profissional. A prestação de cuidados a uma criança doente também tem impactos na saúde mental. Ou seja, no caso das crianças negras, uma criança negra tem três a cinco vezes mais chances de ser hospitalizada devido a um ataque de asma e duas a três vezes mais chances de morrer de um ataque de asma devido à poluição.

As comunidades na linha da frente são também as pessoas com menor probabilidade de causar mudanças climáticas. A ideia de justiça está enraizada em uma transição justa e em uma mudança de direção em relação à economia extrativa que tem causado a vulnerabilidade de certas comunidades. Justiça climática seria ter uma economia e uma sociedade em que os cuidados se centram naquilo que é sagrado, ou seja, nós enquanto pessoas e o planeta.





Conceitos fundamentais

- Embora existam várias definições e descrições de PAD, o Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre **Afrodescendentes** propõe uma definição para este grupo como “descendentes das vítimas africanas do tráfico de escravos transatlântico e mediterrâneo”.²² Ele sugere que uma definição completa deve incluir também os africanos e os seus descendentes que, após a independência dos seus países, emigraram ou foram trabalhar na Europa, no Canadá e no Oriente Médio, onde também foram, e continuam a ser, alvo de discriminação racial.
- O acrônimo **PAMA** significa “pessoas e áreas mais afetadas” e procura conferir maior visibilidade às pessoas mais afetadas pela crise climática.²³ O termo PAMA não só leva em conta a vulnerabilidade geográfica às mudanças climáticas, mas também a vulnerabilidade social, econômica e de outra natureza. O conceito de PAMA ajuda a introduzir nuances no debate sobre os impactos climáticos ao permitir um maior reconhecimento das dimensões interseccionais da crise climática.
- O termo **interseccionalidade** descreve as formas como os sistemas e as estruturas de poder e opressão interagem com categorias sociais e eixos de identidade para produzir realidades sociais específicas para as pessoas. Uma abordagem interseccional considera a forma que categorias como gênero, classe, sexualidade, capacidade, raça, etc. se conjugam e sobrepõem, podendo resultar em privilégio ou opressão. O conceito foi introduzido pela primeira vez em 1989 pela professora Kimberlé Crenshaw.²⁴



*Racismo
ambiental
e impacto
desproporcional*

“As instalações que provocam as mudanças climáticas, como centrais elétricas de carvão, instalações de gás natural, etc., estão prejudicando as pessoas. As intoxicações e os riscos ambientais provenientes destas instalações, desproporcionalmente localizadas em comunidades negras, têm levado, entre outros efeitos, a taxas mais elevadas de baixo peso ao nascer e a impactos na saúde infantil que, como sabemos, comprometem os resultados neonatais, sem falar dos danos causados à saúde das mulheres.” – Jacqueline Patterson

As crises ecológica, de biodiversidade e climática estão interligadas e afetam as comunidades simultaneamente. O racismo ambiental configura uma das interseções mais acentuadas entre as preocupações com o racismo e o clima e o meio ambiente. Inclui, por exemplo, o “recurso a práticas racistas para determinar quais comunidades são contempladas com infraestruturas de proteção da saúde, como espaços verdes, e quais são contempladas com rodovias e complexos industriais prejudiciais à saúde”.²⁵

As consequências de viver em áreas extremamente quentes, altamente poluídas e desprotegidas, não reconhecidas ou esquecidas pelas autoridades locais são nocivas para a saúde.²⁶ As PAD são frequentemente alvo de racismo ambiental e vivem em contextos “limitrofes” ou em “zonas de sacrifício”, mais próximas de locais de elevada poluição e toxicidade em decorrência de múltiplas formas de discriminação que se interseccionam.²⁷ Muitas vezes, estas áreas são mais duramente atingidas pelas mudanças climáticas e o acesso a serviços de SSR aceitáveis e de elevada qualidade é difícil em ambientes profundamente injustos como estes, agravando os danos.

“As comunidades da linha da frente são especialistas da sua própria experiência e sabem melhor do que ninguém quais estratégias e soluções resolverão as crises que as assolam. Os negros, os povos indígenas e outros grupos minoritários e racializados em geral têm estado consistentemente na vanguarda da defesa do ar puro e de fontes de água mais limpas.” – Kwolanne Felix

“
As instalações que provocam as mudanças climáticas (...) estão desproporcionalmente localizadas em comunidades negras.”

Jacqueline
Patterson



Akilah Jaramogi, consultora ambiental, cofundadora e diretora executiva do Projeto Comunitário de Reflorestamento Fondes Amandes, Trindade e Tobago

Na nossa comunidade, a crise climática tem sido vivida em grande medida em termos do impacto da evolução dos padrões climáticos, de níveis de precipitação inconsistentes, de ventos mais fortes e de temperaturas mais elevadas, o que nos torna propensos a incêndios florestais durante a estação seca. Assistimos a um aumento dos problemas respiratórios, incluindo níveis mais elevados de doenças respiratórias nas crianças pequenas devido à fumaça dos incêndios e à poeira do Sara. Verifica-se igualmente um aumento da carga de cuidados para a maioria das mães, o que significa, em tempos de Covid-19, mais dias em casa para muitas crianças porque as escolas se tornaram especialmente sensíveis quando as crianças apresentam sintomas semelhantes aos da gripe.

Em comunidades como a nossa, tudo se torna mais difícil porque, quando as crianças são obrigadas a ficar em casa com muita frequência, o mesmo acontece com as mães, o que resulta na perda de rendimentos e de oportunidades de desenvolvimento profissional. O aumento da regularidade e da intensidade dos incêndios florestais na nossa comunidade tem exigido que mais mulheres integrem as equipas de socorristas, renunciando às suas tarefas domésticas a fim de mobilizar ações de contenção, combater os incêndios que se alastram às propriedades e proteger o gado e as plantações.

No nosso caso, a crise climática também se manifesta na forma de fenômenos meteorológicos extremos. Quando chove, chove muito e ocorrem inundações; e quando o tempo está seco, é extremamente seco. Estes problemas afetam o abastecimento de água e, uma vez comprometido o abastecimento de água, o mesmo acontece com a saúde reprodutiva. Nas comunidades mais pobres, muitas vezes as mulheres são obrigadas a se deslocar para coletar água, o que lhes toma mais tempo. Trata-se de um enorme desafio físico que pode ter impacto nos cuidados de saúde das gestantes e na capacidade das jovens mães para cuidar adequadamente dos bebês. Em última análise, o impacto das mudanças climáticas é de tal ordem que as pessoas economicamente mais vulneráveis sentem as mudanças relacionadas com o clima de forma mais severa. No nosso caso, em nível nacional, e com o impacto da Covid-19, as mulheres são as mais vulneráveis. Esta vulnerabilidade resulta frequentemente em uma menor capacidade de recuperação após eventos relacionados ao clima, quer sejam inundações, incêndios ou secas, ou o aumento de pragas e doenças, etc.

Akilah Jaramogi

“

O crescimento da regularidade e da intensidade dos incêndios florestais na nossa comunidade tem exigido que mais mulheres integrem as equipas de socorristas.

”

De acordo com um relatório recente da Agência de Proteção Ambiental, "os indivíduos negros e afro-americanos têm 40% mais chances de viver atualmente em áreas com os maiores aumentos previstos das taxas de mortalidade causadas pelas mudanças climáticas em temperaturas extremas do que os indivíduos não negros e não afro-americanos".²⁸ O estudo da Agência de Proteção Ambiental também faz menção ao fato de os indivíduos negros, em particular, correrem um maior risco de desenvolver problemas de saúde devido a disparidades em termos de exposição aos riscos climáticos.²⁹ O relator especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o meio ambiente descreveu como a vida nessas condições afeta a saúde, incluindo a saúde mental: "As pessoas que residem em zonas de sacrifício são exploradas, traumatizadas e estigmatizadas. São tratadas como dispensáveis, as suas vozes são ignoradas, a sua presença é excluída dos processos decisórios e a sua dignidade e direitos humanos são desrespeitados."³⁰

"No lugar onde cresci, fazia calor, mas também havia árvores e insetos, céu e terra, o que de algum modo resume algumas das diferenças na geografia dos Estados Unidos e como as pessoas podem ser negras e sofrer o impacto do clima de forma muito variada, caso vivam em um ambiente mais urbano ou em um ambiente mais rural. Há cidades dos Estados Unidos onde não se vê uma árvore, não se encontram espaços à sombra, não há proteção e esta falta de proteção afeta desproporcionalmente os afrodescendentes. (...) Nos Estados Unidos, também carecemos de um sistema de transportes públicos robusto." – Dra. Joia Crear-Perry

Karina Penha, coordenadora de mobilização da Organização NOSSAS, no Brasil

O racismo ambiental tem estado presente ao longo de toda a minha vida. Houve momentos, durante a minha infância, em que não podia ir à escola porque a chuva tinha inundado a rua, tinha inundado tudo. Como era uma rua de terra vermelha, quando chovia virava uma lama vermelha e quando eu ia à igreja ou a outros locais sentia vergonha por estar coberta de lama vermelha, sentia-me sempre muito suja. O meu bairro é extremamente negligenciado pelo governo, não temos infraestrutura, não temos saneamento básico, o que é uma realidade em todo o país, especialmente no nordeste. Ter saneamento básico é um sonho. Não temos um sistema de esgotos; não temos um sistema de tratamento de água.

A água que utilizamos aqui vem de um poço construído pela comunidade local que foi mais tarde apropriado por uma empresa que começou a cobrar tarifas pela distribuição da água. Muitas pessoas não podiam pagar e, conseqüentemente, deixaram de ter acesso a água. Hoje considero que se tratou de um ato de violência, porque o poço foi construído pela comunidade, mas [esta] não podia ter acesso a ele e precisou correr o risco de entrar em propriedades privadas para obter água.

O que liga o racismo ambiental às mudanças climáticas é a falta de compromisso por parte do governo. No meu bairro, não existem espaços naturais. Há uma falta de interesse em considerar estes espaços como oportunidades de lazer e mobilidade. Há apenas uma linha de ônibus para o meu bairro, o que tem sido uma fonte de sofrimento durante toda a minha vida, porque muitas pessoas têm sido assaltadas na parada e o ônibus demora muito tempo para chegar. Antes de a rua ser pavimentada, não havia nenhuma linha de ônibus e foram muitas as vezes em que não consegui chegar à escola. A viagem de ida e volta para a universidade demorava três horas em cada sentido. Tudo isto me levou a refletir sobre as questões climáticas relacionadas com a mobilidade: o nível de injustiça era incompreensível para mim, não conseguia entender por que razão o meu bairro era tão carente. Por isso, hoje em dia, associo tudo isso ao problema do racismo ambiental e à desigualdade que é influenciada pelas mudanças climáticas.



Conceitos fundamentais

- **Racismo ambiental** é um conceito introduzido pelo Dr. Benjamin F. Chavis, líder dos direitos civis afro-americano. O termo descreve a “discriminação institucionalizada que abrange ‘políticas, práticas ou diretivas ambientais que afetam ou prejudicam de forma diferente (intencionalmente ou não) pessoas, grupos ou comunidades com base na raça ou na cor’”.³¹ Inclui os efeitos da discriminação racial sobre a política ambiental, designadamente ao eleger de forma desproporcional as comunidades racializadas para o despejo de resíduos tóxicos, a instalação de indústrias poluentes e a remoção ou degradação de habitats naturais, bem como ao excluir as pessoas de cor da liderança ambiental.³²
- **Justiça climática** reconhece que as mudanças climáticas são mais do que uma crise ambiental, representando também uma crise social, econômica e política cujos impactos não são uniformemente sentidos. A justiça climática “reconhece a responsabilidade da humanidade pelos impactos das emissões de gases de efeito de estufa nas pessoas mais pobres e vulneráveis da sociedade, abordando criticamente a desigualdade e promovendo abordagens transformadoras para eliminar as causas profundas das mudanças climáticas”.³³



oo

Impactos na saúde e justiça reprodutiva

A garantia da SSRD depende da capacidade de acessar serviços de elevada qualidade disponíveis, acessíveis, culturalmente apropriados e aceitáveis para a comunidade local. Há um conjunto crescente de provas sobre o impacto do calor e da poluição do ar na gravidez e nos resultados da gravidez, que configuram um quadro convincente sobre os efeitos negativos das exposições ambientais na saúde materna e perinatal.³⁴ Um estudo inicial que analisou 37,1 milhões de nascimentos nos Estados Unidos revelou, por exemplo, que "a exposição a temperaturas extremamente elevadas durante a gravidez resulta em um peso mais baixo ao nascer".³⁵ Outros estudos realizados na Califórnia concluíram que a temperatura ambiente elevada estava fortemente associada ao nascimento prematuro e que esta situação se verificava especialmente entre as mulheres negras.³⁶ As altas temperaturas estão também associadas à pré-eclâmpsia e a perturbações do sono, ambos fatores de risco em termos de resultados adversos da gravidez.³⁷ Os dados apresentados por Bekkar *et al.* descrevem o impacto desproporcional sobre as mulheres de origem africana, que se agravará com o aumento das mudanças climáticas e da poluição, o que torna esta situação um caso premente de

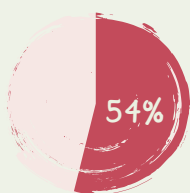
justiça ambiental e reprodutiva: "Entre os grupos raciais/ étnicos, as nossas conclusões sugerem que as mães negras correm maior risco de nascimento prematuro e de baixo peso ao nascer. Sabe-se que os determinantes sociais da saúde, incluindo a residência em áreas urbanas com maior exposição a poluentes atmosféricos e a níveis elevados de ansiedade no longo prazo, contribuem para resultados obstétricos adversos."³⁸



Em 2020, apenas **6%** de todos os artigos científicos sobre as mudanças climáticas e a saúde consideraram o gênero, e apenas 6 dos 44 indicadores do relatório de 2021 da Lancet Countdown apresentam dados por sexo ou gênero.³⁹

Dra. Joia Crear-Perry, fundadora e presidente da National Birth Equity Collaborative

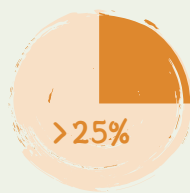
Nasci em Nova Orleans, em Luisiana, na que chamamos a cidade mais africana dos Estados Unidos. Enquanto obstetra-ginecologista, que exerce atividade em Nova Orleans, constato que a falta de acesso das doentes a transporte é uma das causas dos danos persistentes. As mulheres representavam 54% da população durante o furacão Katrina, mas correspondiam a cerca de 80% das pessoas deixadas para trás. Nesta época, mais de 25% das mulheres residentes em Nova Orleans e 15% de todas as famílias viviam abaixo do limiar da pobreza, em comparação com 14,5% em nível nacional. A renda familiar média das mulheres negras durante este período era de apenas US\$ 19.951 por ano.⁴⁰ Bastam as estatísticas mencionadas acima para se perceber o impacto da perda do apoio social, do apoio comunitário e das infraestruturas já limitados, como acontece durante as catástrofes naturais, especialmente desde que o furacão ocorreu no final do mês. Assim, não é de admirar que,



A população feminina durante o furacão Katrina



O percentual de pessoas deixadas para trás que eram mulheres



O percentual de mulheres que vivem em Nova Orleans abaixo da linha da pobreza

19.951 dólares

Renda familiar média de mulheres negras durante o Furacão Katrina

obrigadas a estar na rua a temperaturas de quase 44°C, sem árvores que proporcionem sombra, à espera de um ônibus que não chega a horas, e depois ainda terem que pegar dois ou três ônibus para ir a uma consulta médica comigo, as mulheres grávidas possam desmaiar. Já tivemos pacientes que tentaram pegar um ônibus durante o trabalho de parto. (...) Por conseguinte, temos muitos nascimentos prematuros e um elevado nível de mortalidade infantil e materna associados às mudanças climáticas.



Os indivíduos negros e afro-americanos têm **40%** mais chances de viver atualmente em áreas com os maiores aumentos previstos das taxas de mortalidade causadas pelas mudanças climáticas em temperaturas extremas do que os indivíduos não negros e não afro-americanos.⁴¹

“Existem necessidades em termos de SSRD em vários níveis: necessidades de prestação de serviços, necessidades de acesso e necessidades de serviços associados. Durante a realização de um estudo em São Vicente e Granadinas sobre a desigualdade entre gêneros em termos de riscos, por exemplo, uma avaliação das necessidades pós-catástrofe destacou os impactos das inundações intensas de 2013 nas maternidades e enfermarias pediátricas, o que significou que as mulheres à espera para dar à luz ou que tinham dado à luz recentemente precisaram ser deslocadas.⁴² Esta situação deve ter sido bastante traumática para estas mulheres, sugerindo que a qualidade dos serviços pode não ser a mesma e que também poderá haver problemas de limitação de energia, de água limpa e o potencial para novas perturbações da segurança para os pacientes e a equipe médica.” – Leisa Perch, SAEDI Consulting Barbados Inc.

“Li um artigo que falava sobre a forma como a crise climática afeta especificamente as mulheres negras e as suas gestações. Aquilo mexeu muito comigo porque me levou a pensar sobre o número de dificuldades que enfrentamos. Como já afirmei, muitas crianças negras da minha geração, sobretudo rapazes, perderam a vida devido à violência e agora os bebês negros também estão em risco devido à crise climática.” – Karina Penha

Os padrões das doenças transmitidas por vetores vêm sendo alterados pela crise climática, com implicações para a SSRD. Por exemplo, a malária, a dengue e o vírus Zika têm um impacto negativo sobre a gravidez. Uma análise realizada no Brasil demonstrou como as mulheres negras foram mais afetadas pelo surto do vírus Zika devido a uma exposição desigual, decorrente do racismo estrutural e de múltiplas formas de discriminação, e eram mais suscetíveis de ter um filho com a síndrome da zika congênita do que as mulheres brancas.⁴³ Um conjunto de estudos sobre SSR relacionados com as indústrias extrativas na América Latina e no Caribe demonstra que os impactos ambientais, sociais e na saúde no período alto da exploração mineira, que incluem o aumento do risco de doenças infecciosas (incluindo infecções sexualmente transmissíveis) e de violência e exploração sexuais, parecem afetar especialmente as populações vulneráveis, incluindo os grupos indígenas e de afrodescendentes em toda a região.⁴⁴

“

A crise climática afeta as mulheres negras e as suas gestações.

”



Karina Penha



Kwolanne Felix, SSRD e justiça climática
Women's Environment and Development Organization (WEDO), Haiti/Estados Unidos

Quando eu vivia na Flórida, fomos atingidos pelo Katrina, que foi um momento fundamental em que percebemos os primeiros sinais da gravidade da crise climática. Uma árvore esmagou a casa dos meus vizinhos. Lembro de ficar vários dias sem eletricidade e água. Na Flórida, os furacões são cada vez mais comuns. Antigamente, tirávamos alguns dias de férias da escola devido a ameaças de furacões em um intervalo de alguns anos, mas agora é uma ocorrência anual.

O racismo ambiental esteve quase sempre presente durante a minha infância. Os bairros pobres estão cada vez mais perto da costa e em áreas de costeiras mais baixas. As pessoas podem não ver nisso um problema, mas os bairros mais prósperos estão se deslocando para o interior e para áreas mais elevadas. Little Haiti está em processo de gentrificação; as pessoas estão se deslocando para locais mais elevados. Isso mostra que estamos sendo empurrados para áreas mais vulneráveis à elevação do nível do mar.

Quando comecei a compreender melhor a crise climática, a minha maior preocupação era não ser cientista; parecia que eu não tinha lugar para mim neste movimento, que era um movimento em que só pessoas com doutorado podiam ser ativas. Mas a verdade é que estes espaços de trabalho sobre o clima estão saturados de cientistas e estes precisam de mais organizadores comunitários; as pessoas normais têm um papel no movimento climático porque todos nós temos uma contribuição a dar para a reimaginação do mundo.

A minha experiência ao tentar acessar a SSR na adolescência, sendo uma pessoa de baixa renda na Flórida, me fez perceber que este acesso não é impossível apenas do ponto de vista financeiro, [mas] também físico (...). A Flórida tem uma péssima estrutura de transportes públicos. Está sempre calor na Flórida e lembro-me de precisar andar quilômetros debaixo de um sol escaldante só para chegar à clínica mais próxima. Imagino o que será tentar ir a uma consulta de planejamento familiar na Flórida para quem não tem carro, mesmo se não houvesse uma crise climática; é o que acontece todos os dias, estas barreiras ambientais estão diariamente presentes.

“

Um aspecto interessante do trabalho sobre SDR e justiça climática é compreender como estas questões estão intimamente interligadas. Quando ocorrem furacões na Flórida, fecha tudo. Não há centros, não há farmácias para comprar o que quer que seja, não há cuidados neonatais e, dependendo da gravidade das inundações, não é possível sequer sair de casa.

”

**Kwolanne
Felix**



Conceito fundamental

- O **Movimento pela justiça reprodutiva** não se resume apenas ao direito ao aborto seguro e à contracepção, mas também ao direito a ter filhos e a educar os filhos em ambientes saudáveis.⁴⁵ A justiça reprodutiva distingue-se dos direitos reprodutivos por estar mais centrada no acesso e na justiça social do que no direito de escolha ou nos direitos legais. A justiça reprodutiva é uma resposta à longa história de opressão racista das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres racializadas e das pessoas transexuais e não binárias, particularmente em relação a experiências de esterilização forçada, controle populacional e falta de acesso a cuidados de saúde sexual e materna adequados.
- O conceito de **justiça reprodutiva ambiental** foi introduzido pela parteira mohawk Katsi Cook.⁴⁶ Cook foi motivada por uma preocupação com os efeitos decorrentes da contaminação da água e da terra por bifenilos policlorados (PCB) na cadeia alimentar e com a capacidade da população indígena de amamentar os filhos em segurança. A justiça reprodutiva ambiental combina os princípios da justiça ambiental e da justiça reprodutiva, apelando à atenção para as formas como a injustiça ambiental e a injustiça reprodutiva se intersectam.⁴⁷

Crédito da fotografia: UNFPA HAITI/Maxence Bradley





Agir

1.

Questionar falsas soluções, reconhecer o papel do racismo na criação e sustentação das mudanças climáticas e da desigualdade e comprometer-se com soluções climáticas que criem equidade e justiça.

Examinar e contestar as políticas e ações climáticas que colocam o ônus ou a responsabilidade pela atenuação e a adaptação às mudanças climáticas sobre as comunidades menos responsáveis pela crise. Os países de elevado consumo devem aumentar a ambição e os compromissos financeiros para apoiar as comunidades da linha de frente, inclusive por meio do aumento do financiamento para a adaptação e a criação de resiliência. Um financiamento consistente e flexível que responda às preocupações prioritárias das comunidades locais é mais suscetível de apoiar as organizações de base reativas às necessidades locais e de reforçar a capacidade local de resposta à crise climática.

“O espaço climático tem um impacto profundo nas formas pelas quais as pessoas estão acessando a SDR. Ouvimos dizer que, para resolver a crise climática, precisamos ter controle populacional (...). A quem estão se referindo quando falam de controle populacional? Estão se referindo principalmente a mulheres de cor, mulheres nos países em desenvolvimento, mulheres negras e indígenas, a fazer o ônus recair sobre elas, implicando que, de algum modo, a razão para estarmos neste caos climático é o excesso de população. Estas mulheres são bodes expiatórios; estas mulheres pobres são bodes expiatórios; estas mulheres negras são bodes expiatórios, quando orientamos o debate sobre o clima dessa forma.” – Kwolanne Felix

2.

A liderança e os conhecimentos especializados da população negra precisam ser ampliados e estimulados. Reconhecer e representar as vozes das PAD, a sua inovação, a sua ação e os desafios que enfrentam, incluindo na intersecção das mudanças climáticas com a SDR, a violência baseada em gênero (VBG) e as práticas nocivas (PN). Reforçar o apoio à ação e às soluções inovadoras desenvolvidas nas comunidades da linha da frente através de financiamento, de inclusão nas pesquisas, nos dados e nas políticas e do reconhecimento formal, como indicar e citar as contribuições.

Implementar normas mínimas de participação das PAD e outras comunidades desproporcionalmente afetadas em todos os níveis das políticas e ações climáticas, incluindo apoio através de financiamento, formação e acessibilidade adequada. Assegurar que as abordagens sejam interseccionais e que os impactos sobre a SDR se reflitam nas políticas climáticas existentes, incluindo o Plano de Ação em matéria de Igualdade de Gênero da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, as contribuições nacionalmente determinadas, os planos nacionais de adaptação e outras políticas climáticas relacionadas.

“Acredito em políticas climáticas que compreendam as pessoas e falem com elas em uma linguagem compreensível, que se aproximem das pessoas onde elas estão e as escutem. Sempre que alguém formular uma política climática, deve empenhar-se em escutar ativamente as pessoas que são diretamente afetadas.” – Karina Penha

“Não podemos debater as mudanças climáticas sem as mulheres negras. Defendo a presença das mulheres negras na COP. Em sua maioria, nunca assistiram a uma conferência com 20.000 pessoas. Mas as mulheres, incluindo as negras, são as mais afetadas pelas mudanças climáticas. Estas mulheres são responsáveis pela criação de soluções para fazer frente às mudanças climáticas nos territórios e para as suas comunidades. Elas têm criado soluções locais especialmente para a adaptação”. – Marina Marçal, coordenadora de políticas climáticas do Instituto para o Clima e Sociedade, Brasil

3.

Fortalecer e aumentar as pesquisas, os dados e as provas sobre os impactos das mudanças climáticas nas comunidades de afrodescendentes, incluindo os impactos na SDR, em VBG e nas PN, por meio do reforço e ampliação de pesquisas participativas, realizadas localmente e orientadas para a comunidade. Aumentar a coleta de dados desagregados e assegurar a inclusão de indicadores sobre a SDR, VBG e as PN na ação climática, incluindo avaliações de vulnerabilidade, planos de ação em matéria de gênero, políticas climáticas nacionais e outras ações relacionadas com o clima, a saúde e o gênero.

“É também por esta razão que os dados são muito importantes; precisamos dos números, precisamos saber quem está coletando os dados e como estes estão sendo analisados. Precisamos também saber quem são as pessoas que estão sendo afetadas e como, bem como o que está sendo feito a esse respeito. As pessoas afrodescendentes compreendem a urgência de lidar com a crise climática, nós somos a diversidade e podemos contribuir de muitas formas.” – Marina Marçal

4.

Impor proteções ambientais e cumprir os compromissos climáticos de forma igual e eficaz para todas as populações. Impor normas e cumprir os compromissos para a proteção e ações ambientais e climáticas de forma igual e robusta, com atenção às comunidades frequentemente deixadas para trás. A imposição de normas ambientais e os compromissos climáticos protegem a SDR e o direito a uma vida livre de violência.

“Ultimamente, tenho ouvido as pessoas à minha volta dizer que parece que o sol está cada vez mais próximo do Haiti, que o calor é insuportável. No entanto, sabemos que o sol continua no mesmo lugar; dispor de sombra e viver em um ambiente limpo [é que] se torna um privilégio.” – Jeffthanie, Haiti

5.

Reconhecer o impacto desproporcional das mudanças climáticas, incluindo fenômenos climáticos extremos, nas PAD, particularmente nas mulheres e meninas, e reforçar os compromissos de apoio às comunidades da linha da frente, nomeadamente combatendo determinantes estruturais da desigualdade. Reforçar os compromissos e as medidas de responsabilização com a finalidade de realizar ações preventivas e o planejamento da adaptação climática, com ênfase nas comunidades que enfrentam múltiplas formas de discriminação que se interseccionam e criam vulnerabilidades. Isso passa por reforçar os compromissos, a sensibilização e o apoio financeiro para a adaptação e a resposta humanitária que inclua os principais componentes da SDR e o direito a uma vida livre de violência.

“Após uma catástrofe, assiste-se com frequência a uma diminuição da prioridade nos serviços de saúde reprodutiva. Os impactos na saúde mental são igualmente graves e [há] pouquíssimo apoio nessa área. Depois temos os problemas de desalojamento, que mais uma vez têm um impacto desproporcional sobre as mulheres negras, porque somos mais suscetíveis de viver em condições habitacionais inseguras. Há ainda outros impactos em termos de justiça reprodutiva, que advêm da adversidade financeira resultante: será que temos os meios econômicos para satisfazer as nossas necessidades, para acessar os serviços, incluindo aspectos como a saúde menstrual e produtos de saúde reprodutiva?” – Jacqueline Patterson



66

“Após uma catástrofe, assiste-se com frequência a uma diminuição da prioridade nos serviços de saúde reprodutiva. Os impactos na saúde mental são igualmente graves e [há] pouquíssimo apoio nessa área. Depois temos os problemas de desalojamento, que mais uma vez têm um impacto desproporcional sobre as mulheres negras, porque somos mais suscetíveis de viver em condições habitacionais inseguras. Há ainda outros impactos em termos de justiça reprodutiva, que advêm da adversidade financeira resultante: será que temos os meios econômicos para satisfazer as nossas necessidades, para acessar os serviços, incluindo aspectos como a saúde menstrual e produtos de saúde reprodutiva?” – Jacqueline Patterson



Agradecimientos

O presente documento é apresentado em colaboração com as vozes de:

<i>Jeffthanie Mathurin</i>	Parteira, Haiti
<i>Dra. Joia Crear-Perry</i>	Fundadora e presidente da National Birth Equity Collaborative
<i>Jacqueline Patterson</i>	Fundadora e diretora executiva do Chisholm Legacy Project: uma plataforma de recursos para a liderança de primeira linha da justiça climática pelas comunidades negras
<i>Akilah Jaramogi</i>	Consultora ambiental, cofundadora e diretora executiva do Projeto Comunitário de Reflorestamento Fondes Amandes, Trindade e Tobago
<i>Karina Penha</i>	Coordenadora de mobilização da Organização NOSSAS, Brasil
<i>Kwolanne Felix</i>	SSRD e Justiça Climática, Women's Environment and Development Organization (WEDO), Haiti, Estados Unidos
<i>Marina Marçal</i>	Coordenadora de política climática do Instituto do Clima e Sociedade, Brasil
<i>Leisa Perch</i>	SAEDI Consulting Barbados Inc.

Agradecemos as contribuições de:

<i>Gay McDougall</i>	Membro do Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial
<i>Dominique Day</i>	Membro do Grupo de Especialistas sobre Afrodescendentes
<i>Gaynel Curry</i>	Especialista independente do Fórum Permanente das Nações Unidas para Afrodescendentes
<i>Andreia Coutinho-Louback</i>	Jornalista e ex-bolsista Fulbright, Universidade da Califórnia, Davis
<i>Ana Paula Barreto</i>	Diretora transnacional de Igualdade de Nascimento da National Birth Equity Collaborative



Referências

- 1 Olivier Flamand-Lapointe e outros, *Climate Change Impacts on the Rights of People of African Descent: relatório Capstone de 2020 elaborado para o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH)* (Genebra, Instituto Superior de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento e Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2020).
- 2 Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, "Declaração conjunta de especialistas das Nações Unidas em direitos humanos para o Dia Mundial do Meio Ambiente", 4 de junho de 2021.
- 3 Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Understanding human rights and climate change: Apresentação do Alto-Comissariado para os Direitos Humanos à 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças climáticas*, 2015.
- 4 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças climáticas, *Adoção do Acordo de Paris, Conferência das Partes, vigésima primeira sessão*, Paris, 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015.
- 5 Grupo de Especialistas sobre Afrodescendentes, *Orientações operacionais sobre a inclusão das pessoas de origem africana na Agenda 2030: adotadas em 9 de dezembro de 2020 por ocasião da 26ª sessão do Grupo de Especialistas sobre Afrodescendentes*, p. 1.
- 6 ONU Mulheres, *Pesquisa Mundial sobre o Papel das Mulheres no Desenvolvimento, 2019: Por que a eliminação da pobreza das mulheres em termos de renda e tempo é importante para o desenvolvimento sustentável* (Nações Unidas, 2020), p. 28.
- 7 Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, "Valores universais; Princípio dois: Não deixar ninguém para trás", disponível em [International Journal of Mass Emergencies and Disasters, vol. 26, N.º 3 \(novembro de 2008\), pp. 197–217; Levi Gahman e Gabrielle Thongs, "Development justice, a proposal: reckoning with disaster, catastrophe, and climate change in the Caribbean", *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 45, N.º 4 \(2020\), pp. 763–778.](https://unsdg.un.org/2030-agenda/universal-values/leave-no-one-behind#:~:text=Leave%20no%20one%20behind%20; Conselho Coordenador dos Dirigentes do Sistema das Nações Unidas, <i>Leaving No One Behind: Equality and Non-Discrimination at the Heart of Sustainable Development</i> (Nova Iorque, Nações Unidas, 2017).8 Nações Unidas, Assembleia Geral, <i>Relatório do relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância associada sobre a justiça climática e a justiça racial da crise ecológica</i>, 25 de outubro de 2022 (A/77/2990).9 Olivier Flamand-Lapointe e outros, <i>Climate Change Impacts on the Rights of People of African Descent: relatório Capstone de 2020 elaborado para o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH)</i> (Genebra, Instituto Superior de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento e Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2020); Agência de Proteção Ambiental, <i>Climate Change and Social Vulnerability in the United States: A Focus on Six Impacts</i> (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, 2021); Assembleia Geral das Nações Unidas, <i>Environmental justice, the climate crisis and people of African descent: relatório do Grupo de Especialistas sobre Afrodescendentes</i>, 21 de setembro de 2021 (A/HRC/48/78).10 Organização Pan-Americana da Saúde, <i>Health of Afro-descendant People in Latin America</i> (Washington, D.C., 2021), p. v.11 Olivier Flamand-Lapointe e outros, <i>Climate Change Impacts on the Rights of People of African Descent: relatório Capstone de 2020 elaborado para o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH)</i> (Genebra, Instituto Superior de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento e Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2020), p. 54.12 Nações Unidas, Assembleia Geral, <i>Relatório do relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância associada sobre a justiça climática e a justiça racial da crise ecológica</i>, 25 de outubro de 2022 (A/77/2990), p. 2.13 Agência de Proteção Ambiental, <i>Climate Change and Social Vulnerability in the United States: A Focus on Six Impacts</i> (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, 2021).14 William A. Anderson,)
- 15 Rochelle Braaf, *Addressing the Intersections of Climate Change, Energy, Environmental Degradation and Gender-based Violence*, Relatório de especialistas para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2016; Jennifer Bose Ratka, Katharina Katzer e Marisa Tasser, *Suffering in Silence: The 10 Most Under-reported Humanitarian Crises of 2019* (CARE International, 2019); Itzá Castañeda Camey e outros, *Gender-based Violence and Environment Linkages: The Violence of Inequality* (Gland, Suíça, União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos, 2020); Bharat H. Desai e Moumita Mandal, "Role of climate change in exacerbating sexual and gender-based violence against women: a new challenge for international law", *Environmental Policy and Law*, vol. 51, N.º 3 (2021), pp. 137–157.
- 16 Cate Owren, *Achieving gender equality and the empowerment of all women and girls in the context of climate change, environmental and disaster risk reduction policies and programmes*, Documento de especialistas para a reunião do grupo de especialistas da ONU Mulheres, 11–14 de outubro de 2021 (EGM/ENV/EP.8); Kim Robin van Daalen e outros, "Extreme events and gender-based violence: a mixed methods systematic review", *The Lancet Planetary Health*, vol. 6, N.º 6 (2022), e504–e523.
- 17 Dalena Tran e outros, "Gendered geographies of violence: a multiple case study analysis of murdered women environmental defenders", *Journal of Political Ecology*, vol. 27, N.º 1 (2020), pp. 1189–1212; Global Witness, *Last Line of Defence: The Industries Causing the Climate Crisis and Attacks Against Land and Environmental Defenders*, 2021.
- 18 Nações Unidas, Assembleia Geral, *Environmental justice, the climate crisis and people of African descent: relatório do Grupo de Especialistas sobre Afrodescendentes*, 21 de setembro de 2021 (A/HRC/48/78).
- 19 Nações Unidas, Assembleia Geral, *Debate de especialistas sobre a promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência no contexto das mudanças climáticas: relatório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, 22 de dezembro de 2020 (A/HRC/46/46).
- 20 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Afrodescendants and the Matrix of Social Inequality in Latin America: Challenges for inclusion* (Santiago, 2021).

- 21 Amylee Mailhot Amborski e outros, "Sexual violence against persons with disabilities: a meta-analysis", *Trauma, Violence, & Abuse*, vol. 23, N.º 4 (2022), pp. 1330–1343; Nações Unidas, Assembleia Geral, *Debate de especialistas sobre a promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência no contexto das mudanças climáticas: relatório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, 22 de dezembro de 2020 (A/HRC/46/46).
- 22 Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Identification and definition of "people of African descent" and how racial discrimination against them is manifested in various regions*, 24 de janeiro de 2003 (E/CN.4/2003/WG.20/WP.3); Fundação The People for Change, *Black Europeans and People of African Descent in Europe* (Bruxelas, Rede Europeia contra o Racismo, 2012); Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *People of African Descent* (Genebra, s.d.), disponível em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Racism/PAD.pdf>.
- 23 Maria Reyes e Adriana Calderón, "What is MAPA and why should we pay attention to it?", 15 de março de 2021. Disponível em <https://fridaysforfuture.org/newsletter/edition-no-1-what-is-mapa-and-why-should-we-pay-attention-to-it/>.
- 24 Kimberlé Crenshaw, "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color", *Stanford Law Review*, vol. 43, N.º 6 (1991), pp. 1241–1299.
- 25 Renee N. Salas, "Environmental racism and climate change – missed diagnoses", *New England Journal of Medicine*, vol. 385, N.º 11 (2021), pp. 967–969.
- 26 Robert D. Bullard, "Sacrifice zones: the front lines of toxic chemical exposure in the United States", *Environmental Health Perspectives*, vol. 119, N.º 6 (junho de 2011), A266.
- 27 Robert D. Bullard, "Sacrifice zones: the front lines of toxic chemical exposure in the United States", *Environmental Health Perspectives*, vol. 119, N.º 6 (junho de 2011), A266; Nações Unidas, Assembleia Geral, *The right to a clean, healthy and sustainable environment: non-toxic environment: relatório do relator especial sobre a questão das obrigações em matéria de direitos humanos relativas ao desfrute de um meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável*, 12 de janeiro de 2022 (A/HRC/49/53).
- 28 Agência de Proteção Ambiental, *Climate Change and Social Vulnerability in the United States: A Focus on Six Impacts* (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, 2021).
- 29 Ibidem.
- 30 Nações Unidas, Assembleia Geral, *The right to a clean, healthy and sustainable environment: non-toxic environment: relatório do relator especial sobre a questão das obrigações em matéria de direitos humanos relativas ao desfrute de um meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável*, 12 de janeiro de 2022 (A/HRC/49/53).
- 31 Nações Unidas, Assembleia Geral, *Relatório do relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância associada sobre a justiça climática e a justiça racial da crise ecológica*, 25 de outubro de 2022 (A/77/2990), p. 12.
- 32 Robert D. Bullard, "Symposium: the legacy of American apartheid and environmental racism", *St. John's Journal of Legal Commentary*, vol. 9 (1996), pp. 445–474; Jennifer D. Roberts e outros, "I can't breathe: examining the legacy of American racism on determinants of health and the ongoing pursuit of environmental justice", *Current Environmental Health Reports*, vol. 9, N.º 2 (março de 2022), pp. 211–227.
- 33 Mandy Meikle, Jake Wilson e Tahseen Jafry, "Climate justice: between mammon and mother earth", *International Journal of Climate Change Strategies and Management*, vol. 8, N.º 4 (2016), pp. 488–504.
- 34 Rupa Basu, Brian Malig e Bart Ostro, "High ambient temperature and the risk of preterm delivery", *American Journal of Epidemiology*, vol. 172, N.º 10 (2010), pp. 1108–1117; Linn B. Strand, Adrian G. Barnett e Shilu Tong, "The influence of season and ambient temperature on birth outcomes: a review of the epidemiological literature", *Environmental Research*, vol. 111, N.º 3 (2011), pp. 451–462; Mary Carolan-Olah e Dorota Frankowska, "High environmental temperature and preterm birth: a review of the evidence", *Midwifery*, vol. 30, N.º 1 (2014), pp. 50–59; Rupa Basu e outros, "The impact of maternal factors on the association between temperature and preterm delivery", *Environmental Research*, vol. 154 (abril de 2017), pp. 109–114; Bruce Bekkar e outros, "Association of air pollution and heat exposure with preterm birth, low birth weight, and stillbirth in the US: a systematic review", *JAMA Network Open*, vol. 3, N.º 6 (2020), e208243.
- 35 Olivier Deschênes, Michael Greenstone e Jonathan Guryan, "Climate change and birth weight", *American Economic Review*, vol. 99, N.º 2 (maio de 2009), pp. 211–217.
- 36 Rupa Basu, Brian Malig e Bart Ostro, "High ambient temperature and the risk of preterm delivery", *American Journal of Epidemiology*, vol. 172, N.º 10 (2010), pp. 1108–1117; Rupa Basu e outros, "The impact of maternal factors on the association between temperature and preterm delivery", *Environmental Research*, vol. 154 (abril de 2017), pp. 109–114.
- 37 Linn B. Strand, Adrian G. Barnett e Shilu Tong, "The influence of season and ambient temperature on birth outcomes: a review of the epidemiological literature", *Environmental Research*, vol. 111, N.º 3 (2011), pp. 451–462.
- 38 Bruce Bekkar e outros, "Association of air pollution and heat exposure with preterm birth, low birth weight, and stillbirth in the US: a systematic review", *JAMA Network Open*, vol. 3, N.º 6 (2020), e208243, p. 8.
- 39 Marina Romanello e outros, "The 2021 report of the Lancet Countdown on health and climate change: code red for a healthy future", *The Lancet*, vol. 398 (outubro de 2021), p. 1624.
- 40 Laura Butterbaugh, "Why did Hurricane Katrina hit women so hard?", *Off Our Backs*, vol. 35, N.º 9/10 (2005), pp. 17–19.
- 41 Agência de Proteção Ambiental, *Climate Change and Social Vulnerability in the United States: A Focus on Six Impacts* (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, 2021).
- 42 Governo de São Vicente e Granadinas, *Rapid Damage and Loss Assessment (DaLA): December 24-25, 2013 Floods*, 2014.
- 43 K. Santana e outros, "Analysis of the socio-environmental vulnerability of black and Caucasian pregnant women in Salvador, Bahia, Brazil to the occurrence of microcephaly associated with the congenital syndrome of Zika virus", *Geospatial Health*, vol. 15, N.º 1 (2020).
- 44 Jose Wilches-Gutierrez e Patricia Documét, "What is known about sexual and reproductive health in Latin American and Caribbean mining contexts? A systematic scoping review", *Public Health Reviews*, vol. 39, N.º 1 (2018), pp. 2–3.

- 45 Asian Communities for Reproductive Justice, ver <https://apirh.org/>; SisterSong Women of Color Reproductive Justice Collective, ver <https://www.sistersong.net/reproductive-justice/>; SisterSong Women of Color Reproductive Health Collective e The Pro-Choice Public Education Project, *The Reproductive Justice Briefing Book: A Primer on Reproductive Justice and Social Change* (2007); Loretta J. Ross e Rickie Solinger, *Reproductive Justice: An Introduction* (Berkeley, Califórnia, University of California Press, 2017).
- 46 Katsi Cook, "Environmental justice: woman is the first environment", em *The Reproductive Justice Briefing Book: A Primer on Reproductive Justice and Social Change* (SisterSong Women of Color Reproductive Health Collective e The ProChoice Public Education Project, 2007), pp. 32-33.
- 47 Winona LaDuke, *All Our Relations: Native Struggles for Land and Life* (Chicago, Illinois, Haymarket Books, 2015); Elizabeth Hoover, "Environmental reproductive justice: intersections in an American Indian community impacted by environmental contamination", *Environmental Sociology*, vol. 4, Nº 1 (2018), pp. 8-21.

